

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.649 - PE (2019/0294284-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PAULO EMMANUEL FARIAS DE ALBUQUERQUE E OUTRO
ADVOGADOS : PAULO EMMANUEL FARIAS DE ALBUQUERQUE - PE018782
BRUNO ROBERTO TABOSA CORDEIRO - PE028726
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : HERALDO GOUVEIA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de HERALDO GOUVEIA DE SOUZA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso preventivamente pela prática do crime de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Em síntese, alega o impetrante ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, fundada na gravidade abstrata do delito, apontando inclusive a existência de condições pessoais favoráveis. Liminarmente e no mérito, requer a revogação da custódia cautelar.

Na origem, o mérito do *habeas corpus* nº. 0004583-19.2019.8.17.0000 ainda não foi apreciado, nem foi designada data para julgamento, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* (acesso: 30/9/2019).

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fl. 96):

Assim, com relação à análise da fundamentação do decreto preventivo,

Superior Tribunal de Justiça

vislumbro necessários maiores esclarecimentos por parte do juízo processante, próximo da causa, e que poderá trazer mais elementos para a apreciação do pedido que ora se apresenta.

É de se ver, também, que a liminar perseguida se confunde com o mérito da impetração, matéria a ser apreciada oportunamente pelo órgão colegiado, depois de ouvido o Ministério Público nesta esfera superior.

Sendo assim, embora o impetrante tenha deduzido na inicial os motivos de fato e de direito, e acostado os documentos que entende beneficiar o paciente, evidencia-se necessário um exame mais minucioso dos elementos de convicção carreados aos autos, sendo necessário, no meu entender, maiores esclarecimentos por parte do juízo processante.

Dessa forma, não restando demonstrado de forma clara e inequívoca o constrangimento ilegal mencionado, o exame mais detalhado dos elementos de convicção ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fl. 92):

O *periculum libertatis*, de sua vez, emerge cristalino pela necessidade de garantia da ordem pública, expressão de tranqüilidade e paz no meio social, objetivando que o agente não tome a cometer atos de tal natureza, tendo em vista a periculosidade em concreto do acusado, que, em tese, **após desentendimento com a vítima, foi caminhando até sua residência, armou-se com um revólver, e, retornando ao local da discussão após cerca de meia hora, desferiu cinco disparos na vítima, que morreu no local.**

Como se vê, consta do decreto prisional fundamentação idônea evidenciada na gravidade concreta do delito, destacando a conduta violenta do paciente que, *após desentendimento com a vítima, foi caminhando até sua residência, armou-se com um revólver, e, retornando ao local da discussão após cerca de meia hora, desferiu cinco disparos na vítima, que morreu no local.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para

Superior Tribunal de Justiça

justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.



MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator